

PARECER DO CONTROLE INTERNO

O agente de contratação da Prefeitura Municipal de Igarapé-Miri - SEMSA, solicitou a esta Secretaria da Controladoria Interna do município, análise, seguido de Parecer sobre:

PROJETO: RESCISÃO CONTRATUAL - CONTRATO 10.001/2024-SEMSA

I - PRELIMINARMENTE

A Controladoria Interna tem sua legalidade prevista no art. 31 da Constituição Federal/1988. Concomitantemente, na Lei Complementar nº 101/2000 e Resolução do Tribunal de Contas dos Municípios do Pará – TCM-PA.

II – DA ANÁLISE RESUMIDA

O processo em análise é composto por volume único, no qual consta o seguinte:

1. Pedido de solicitação de distrato feito pelo contratado;	5. termo de rescisão contratual consensual;
2. Cópia do contrato;	8. Parecer Jurídico;
3. Justificativa e concordância com a rescisão - SEMSA;	9. Publicação diário oficial.

1. Quanto à formalização atende os requisitos da Lei. 8.666/93 e seus correlatos. Até onde foi apresentado, não vislumbramos ilícitos. s.m.j.
2. Consta nos autos a solicitação de rescisão do **contrato 10.001/2024-SEMSA**, para prestação de serviço como enfermeira, encaminhado pelo contratado **MALENA MACHADO BASTOS CPF: 025.361.692-19**;
3. A Secretaria de Saude emitiu justificativa e concordância com o distrato;
4. Observou-se que o pedido de rescisão contratual está ocorrendo de forma consensual;
5. Foi lavrado e assinado pelas partes o termo de rescisão contratual consensual;
6. A assessoria jurídica emitiu parecer favorável pela regularidade do presente distrato;
7. Após a análise dos autos do processo, amparado na análise técnica, do agente de contratação, bem como no parecer jurídico, recomendamos pela devida e pertinente publicação na imprensa oficial, no Mural de Licitações do TCM/PA e portal de Transparência do Município.

III – CONCLUSÃO

Na qualidade de responsável pelo Controle Interno do Município de Igarapé-Miri, e para os devidos fins junto ao Tribunal de Contas do Município do Estado do Pará, após análise do processo de rescisão contratual em questão, amparado na documentação acostada nos autos e no parecer jurídico, **DECLARA-** O revestido das formalidades.

Desta feita, retorne os autos à Comissão de contratação da SEMSA, para as providências cabíveis e necessárias para prosseguimento.

É o parecer, s.m.j.

Igarapé-Miri-Pa, 24 de março de 2025.

Gilberto Ulissys Bitencourt Xavier
Secretário Chefe da Controladoria geral
Portaria nº 014/2025/GAB/PMI